

ACTAS DO COLÓQUIO
.....
21 A 23 DE SETEMBRO '95

SÁ DA BANDEIRA

e o Liberalismo em Portugal
1795 - 1910



1996

Câmara Municipal de Santarém



A IDEOLOGIA LIBERAL EM FREIRE DE CARVALHO.
HISTÓRIA E PODER POLÍTICO
NO ENSAIO HISTÓRICO-POLÍTICO SOBRE
A CONSTITUIÇÃO E GOVERNO
DO REINO DE PORTUGAL



Pedro Manuel Luís de Freitas*

Escola Superior de Gestão de Santarém



Introdução

Neste ano em que comemoramos o bicentenário do nascimento de Sá da Bandeira passam também 175 anos sobre a Revolução Liberal de 1820. A ideologia liberal marcou fortemente o séc. XIX em Portugal, no qual viveu Sá da Bandeira. José Freire de Carvalho na primeira metade desse século lutou pela causa liberal em Portugal. É deste combate que eu hoje vos venho falar.

Freire de Carvalho faz apelo à história nacional numa forma subjectiva visando a conquista do poder. Os portugueses são convidados pelos liberais a fazerem uso da sua memória colectiva¹. Será que o liberalismo português visou recuperar instituições que sob o absolutismo tinham degenerado? Este memorialismo, adaptado às circunstâncias do presente e projectando-se no futuro em que se distinguirá do conservadorismo?² Em que valores entroncarão para a filosofia liberal as nações de *glória* e *decadência*? Parto da hipótese que a decadência portuguesa assenta também em motivos externos a dominação inglesa em Portugal.

Procuo responder a este grupo de questões através deste contributo para um melhor conhecimento da nossa historiografia liberal e do período estudado que lhe está subjacente. Para tal, abordei em pri-

notas

* Mestre em História Contemporânea de Portugal, pela Faculdade de Letras de Coimbra. Professor-Adjunto da Escola Superior de Gestão de Santarém.

¹ Sobre as relações entre "História e Ideologia" veja-se TORGAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989. Acerca das ligações entre "Memória e História", veja-se GOFF, Jacques Le, "Memória", in ROMANO Ruggiero (Dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I, INCM, 1984, pp. 11-50.

² Ver TORGAL, Luís Reis, *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Acção de José da Gama Castro*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973.

meiro lugar uma vida em prol do ideário liberal com base nas *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*, escritas pelo próprio no final da sua existência. Esta abordagem foi feita numa interacção com o seu ideário político-mental presente ao longo de toda a sua obra. Numa segunda parte estudo uma obra em que ressalta a sua concepção filosófica da história - o *Ensaio Histórico Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal ...* - que é o fulcro da problemática aqui trabalhada.

Espero ter contribuído com este meu estudo para que se faça luz sobre as concepções filosóficas de história no liberalismo português, de modo a possibilitar uma melhor compreensão das bases do exercício da nossa cidadania.

2. Desenvolvimento

2.1. *Vida e Acção Política de José Liberato Freire de Carvalho.*

Reconstruir a biografia de José Freire de Carvalho é tomar contacto com a vida agitada e irregular, onde frequentemente depara ramos com uma galeria muito rica de personagens, com as quais este liberal vintista se cruzou. Uma vida tão rica em peripécias na apaixonante luta pelos princípios do liberalismo chegou até nós através das suas *Memórias da Vida*, começadas a escrever em 1854³, no final da sua existência. É através desta visão sobrejectiva dos acontecimentos, cuja narrativa se centra em si mesmo, que tomamos contacto com a sua vida e acção política. Inocêncio no seu *Dicionário Bibliográfico Português* traça a biografia de Freire de Carvalho⁴ até à sua adopção do nome Liberato em 1813 aquando da sua fuga para Inglaterra⁵ e remete-nos para a obra autobiográfica atrás referida. Inocêncio refere ainda as instituições de que José Liberato foi membro e finalmente enumera as obras que ele escreveu. É sobretudo com base na fonte memorialista e em menor grau na referida obra de Inocêncio, que é de cunho erudito, que irei

NOTAS

³ CARVALHO, Freire de, na "Satisfação ao público" com que se iniciam as suas *Memórias da Vida...* declara tê-las começado a escrever em 22 de Junho de 1854. Para Inocêncio vê-se contudo pelo que diz a p. 207 e noutros lugares das referidas memórias haver engano, pois em 1853, se não concluída, esta obra já estava muito adiantada. Cr. SILVA, Inocêncio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 420.

⁴ Idem, pp. 417-421.

⁵ CARVALHO, José Liberato Freire de, *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*, ed. de João Carlos Alvim, Lisboa, Assírio & Alvim, 1982, p. 78.

traçar uma existência marcada pela ofensiva para a instauração de uma estrutura mental da nova classe dominante - a burguesia.

Freire de Carvalho nasceu em 20 de Julho de 1772 na quinta de Monte São, subúrbios de Coimbra, Filho do Dr. Aires António Antunes Freire e de D. Maria Joaquina Sequeira de Carvalho. A sua infância foi marcada por uma educação onde o obscurantismo do ensino aristotélico-tomista foi a nota dominante. Este traço levou-o, como muitos dos seus irmãos, a entrar para uma ordem religiosa. No seu caso a escolhida foi a dos cónegos regrantes de St^o Agostinho, no mosteiro de St^a Cruz de Coimbra, com o nome de D. José do Loreto, em 12 de Outubro de 1787, quando contava 15 anos. Durante os três anos do seu noviciado refere-nos que a sua "razão, e inteligência se começaram verdadeiramente a desenvolver, e a dar-me conhecimento do que era, e do melhor era que fosse"⁶. Por esta razão culpa os homens por terem criado instituições onde deixavam entrar crianças que ainda não tinham a sua opinião formada. Seu irmão António fazia-lhe chegar literatura subversiva para a sociedade absolutista de então, visto pôr em causa os fundamentos do seu poder e apelar para a recuperação das liberdades que haviam sido roubadas aos povos. Dentro desta imprensa iluminista francesa destaca-se o *Correio da Europa*⁷. Com ela D. José do Loreto fortificou o seu amor pela liberdade, ficando com o horror a tudo o que era tirania e poder absoluto, quer fosse político ou religioso. Foi transferido, à semelhança dos outros noviços para que não fomentassem ideias novas, para outro convento - o de Refoios do Lima -, quando tinha 23 anos. Tinha nessa altura apenas ordens menores, pelo que tinha que ser ordenado em Braga. Assim o foi as 3 vezes pelo arcebispo de Braga, D. Frei António Brandão, que também lhe fez chegar as últimas da revolução francesa através do *Correio da Europa* e lhe deu a conhecer o estado geral de simonia dos seus clérigos⁸.

Em 1800 vem para Lisboa como professor de lógica do mosteiro de S. Vicente de Fora. Tomou contacto com a Academia Real de Ciências de Lisboa, a cujas reuniões ia assistir, pois o seu irmão António era sócio honorário da dita instituição. Após a morte deste seu irmão em 1804 entraria para este lugar. Travou amizade com Bocage e Gomes Freire de Andrade e ajudou a fundar a loja maçónica Fortaleza, para a qual entrou em 1804. No final de 1804 os membros da dita academia e da maçonaria começaram a sofrer perseguições movidas pelo regente

NOTAS

⁶ Idem, p. 10.

⁷ Idem, p. 13.

⁸ Idem, p. 17.

D. João.

Em 1806 por ordem da intendência geral da polícia acabou por entrar para o convento de Grijó, no Porto. Em 1807 criticou a transferência da corte para o Rio de Janeiro, deixando os portugueses cobardemente à mercê dos franceses, que comparados com os ingleses se mostraram sempre cavalheiros. A regência disse para receber como amigos os conquistadores, mas depois acabou por ser alvo de severas perseguições⁹. O País havia-se transformado politicamente e economicamente numa colónia inglesa. Abertos em 1808 os portos brasileiros à cobiçosa Inglaterra quebrou-se o pacto colonial e, assim, a defesa dos interesses dos portugueses. Nesta altura começou a traduzir os *Anais de Tácito*, que viria a concluir em Coimbra, em 1823-1824. Esta obra foi publicada em Paris, em 1830. Sempre teve paixão pelas obras de Cornélio Tácito por nele ver estampadas a luta contra tudo o que é tirania, absolutismo e abuso do poder¹⁰. Acusado de amigo dos franceses foi alvo de perseguições. Conseguiu emigrar para Inglaterra em 1813. Durante esta fuga na Corunha, onde travou conhecimento com liberais espanhóis, tomou o nome Liberato em memória da sua alforria, pois abandonou agora o hábito, existência para a qual nunca se achou capaz.

José Liberato defendeu o iberismo em *O Campeão Português*, em Lisboa, em 1822. Os liberais portugueses e espanhóis estavam unidos na luta contra o invasor francês e na defesa das ideias liberais. Face a uma Europa conservadora, saída do Congresso de Viena, o federalismo era a garantia para o autonomia das pequenas nações¹¹.

Tendo chegado a Inglaterra soube da falta de palavra dos Ingleses à obrigação de defender os territórios portugueses como deles fossem, nomeadamente entregando-os para aplacar as outras potências. Portugal sofreu as invasões francesas e nada lucrou no Congresso de Viena, em que dominaram os tiranos e foram sufocados os nacionalismos¹². Em 1814 entrou como redactor para o *Investigador Português*, onde começou a lutar pela restituição das antigas cortes aos povos, onde a liberdade de decisão e a soberania popular se manifestavam desde as supostas *cortes de Lamego*¹³. Este jornal suspendeu a sua publicação em 1819,

NOTAS

⁹ Idem, p. 36.

¹⁰ Idem, p. 47.

¹¹ Ver MATTOSO, José, (dir.), *História de Portugal*, 5º Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 220-222 e 563-564.

¹² CARVALHO, cit. 5, pp. 85-88.

¹³ Idem, pp. 92-93.

devido à retirada do subsídio pela corte do Rio de Janeiro¹⁴. Depois de ter passado por Paris voltou em Julho de 1819 a Londres, onde começou a escrever *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*¹⁵. Nele advogou a sua luta contra a ignorância em que o absolutismo pôs os povos e deixou o clero instalar a superstição. O não respeito pelos direitos dos povos, isto é a convocação de cortes, permitiu a entrega económica, militar e política do país à Inglaterra. Esta ergueu a sua riqueza arruinando Portugal. Desta publicação saíram 36 números, desde 1.7.1818 até 16.6.1821.

Acusada de uma vasta conspiração contra o trono e o altar a imprensa liberal da primeira emigração foi condenada à morte pelo poder político. No entanto, foi indiscutível a sua influência na divulgação das ideias liberais e na preparação dos círculos políticos para a revolução de 1820¹⁶.

Em 1820 vem a Portugal com uma mensagem dos portugueses de Londres¹⁷. Nomeado adido ao gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, pouco tempo se mantém no cargo. Deputado no vintismo, viria a incompatibilizar-se pelo grande poder com que estes ficavam por haver apenas uma câmara e o rei não poder vetar as leis, o que leva a uma ditadura. Além do mais, o povo estava afastado dos liberais. Em 6.4.1822 retoma a publicação do *Campeão Português*, em Lisboa, do qual sairiam 61 números, o último dos quais em 31/5/1823. Segundo José Liberato os vintistas passaram o tempo em discussões estereis nas cortes e demoram muito tempo a fazer a constituição, tendo por isso surgido conspirações absolutistas com a cobertura do ministério Inglês, que iriam conduzir em 1828 de novo à sujeição ao absolutismo com D. Miguel¹⁸. Em 1823 após a Vilafrancada sofreu desterro para Coimbra. Em 1827 regressou a Lisboa onde foi nomeado redactor da *Gazeta de Lisboa*.

Com a subida ao poder de D. Miguel em 1828 voltou a refugiar-se em Inglaterra. Em 1830 publicou em Paris o "*Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal*", onde se mostra ser aquele reino desde a sua origem uma monarquia representativa, e que o absolutismo, a superstição e a influência da Inglaterra são as causas da sua

notas

¹⁴ TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1989, p. 87.

¹⁵ CARVALHO, cit. 5, p. 115.

¹⁶ Ver TENGARRINHA, José, cit. 14, pp. 95-99.

¹⁷ CARVALHO, cit. 5, p. 142.

¹⁸ Idem, pp. 155-159.

actual decadência.

Na altura do cerco do Porto já se encontrava naquela cidade. Vitoriosos os liberais, é nomeado arquivista da Câmara dos Pares. É reconduzido a deputado em 1834 e sê-lo-à ainda em 36 e 39. Partidário do Setembrismo, é em 1836 nomeado administrador da Imprensa Nacional, por Passos Manuel¹⁹. Em 1837 entrou como sócio honorário para a Academia de Belas Artes de Lisboa, que havia sido criada por Passos Manuel.

Em 25 de Fevereiro de 1840 abandonou a vida pública e continuou a sua defesa dos princípios do liberalismo no *Ensaio político sobre as causas que preparam a usurpação do Infante D. Miguel no ano de 1828 e com ela a queda da Carta Constitucional do ano de 1826*, que teve 2ª edição em 1842 na Imprensa Nevesiana. Nesta mesma editora lisboeta havia publicado em 1841 *Memórias com o título de Anais para a história do tempo em que durou a usurpação de D. Miguel*. Nestas obras mostrou muito sobrejectivamente a forma como aqueles que eram partidários do liberalismo se passaram para o partido inglês, de que o absolutista D. Miguel é joguete, como foi o caso do Duque de Palmela. Em 1848 escreveu *A Carta e os seus vinte e dois anos de idade*, onde dá a sua opinião sobre a reforma da Carta Constitucional de 1826²⁰. Em 22 de Junho de 1854, com 82 anos de idade, começou a escrever as suas *Memórias da Vida*, que foram publicadas postumamente em 1855. Faleceu em 31 de Março de 1855, em Lisboa.

2.2. *A Concepção Filosófica da História no Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal.*

2.2 - a) *As cortes medievais e a soberania da nação.*

José Freire de Carvalho empenhou-se como todo o liberal numa *praxis* de dismantelamento do edifício velho da opressão e fanatismo absolutista-clerical e construção da nova cidade regida pela lei e pela razão. Este liberal legitimou o seu movimento e as cortes liberais na história nacional. Ele demonstra que Portugal sempre foi governado constitucionalmente. A nação exerceu os direitos da cidadania desde as

notas

¹⁹ Idem, p. 221.

²⁰ Idem, p. 229.

cortes de Lamego, em cuja existência ele acredita²¹. Lusitanos, Godos e Visigodos eram também monarquias legislativas²². A Idade Média nada teve de bárbaro, nem de trevas, antes foi a afirmação das instituições nacionais. Os cidadãos manifestavam-se de forma livre e responsável e o Estado era um simples mecanismo coordenador das iniciativas privadas. Por este motivo, nesta época houve prosperidade. Ao contrário, o Renascimento significou a decadência. Neste período histórico o rei afirmou o seu poder absoluto e usurpou as *liberdades* à nação. A convocação de cortes passou a ser cada vez mais espaçada²³.

Com D. João III a Igreja segurou as rédeas do poder. A Inquisição significou o fanatismo e a superstição, levando ao absolutismo e à servidão doméstica. Um povo sem *Luzes* é escravo. Os jesuítas conduziram Portugal para as mãos da Espanha²⁴, ficando o povo, através da quebra de um contrato feito no princípio da nacionalidade com o monarca, sob uma dupla servidão-doméstica e estrangeira. A usurpação espanhola não só serviu a ruína de Portugal, mas também a de Espanha²⁵.

O 1º de Dezembro de 1640 representou a recuperação da independência nacional e a restituição dos direitos aos povos. O monarca ouviu logo cortes²⁶.

O espaçamento da convocação de cortes a partir de D. Pedro II conduziu à prepotência de um rei absoluto, bem como à ignominiosa sujeição ao jugo estrangeiro - Inglaterra²⁷. Esta dependência havia sido delineada com D. João IV, devido ao isolamento de Portugal.

Pombal através do comércio e manufacturas devolveu Portugal à sua anterior grandiosidade. O marquês procurou libertar Portugal da sua dependência em relação à Inglaterra. Porém, o seu forte absolutismo levaria o clero e a nobreza a separarem-se da nação²⁸. Esta aristocracia recuperou o poder com D. Maria I²⁹. O povo ficou sob o jugo doméstico

notas

²¹ Sobre o recurso à história pelos liberais veja-se PEREIRA, António, "Estado de Direito e Tradicionalismo Liberal" in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978-1979, pp. 119-161. Ver CARVALHO, José Liberato Freire de, *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal*, Paris, Hector Bossange, 1830, pp. 6-7.

²² Idem, pp. 2-5.

²³ Idem, pp. 46-47.

²⁴ Idem, p. 61.

²⁵ Idem, pp. 75-76.

²⁶ Idem, p. 76.

²⁷ Idem, p. 106.

²⁸ Idem, pp. 117-125.

²⁹ Idem, pp. 128-129.

e os espíritos iluministas, que proliferavam na Academia Real das Ciências de Lisboa, sofreram ferozes perseguições.

Com D. João VI Portugal foi conduzido para a dominação comercial, militar e política da Inglaterra³⁰.

A Regeneração de 24 de Agosto de 1820 representou a restituição das antigas liberdades e direitos aos povos através da recuperação das cortes e da lei - constituição de 1822. A nação através da recuperação das antigas instituições regenerou-se³¹. Contudo, a Inglaterra através dos falsos liberais, bem como a aristocracia portuguesa e a Santa Aliança quebraram a soberania da nação manifestando-se em conspirações reaccionárias - Vilafrancada (1823) e Abrilada (1824). O hipócrita D. Miguel, que desrespeitou o juramento da carta constitucional de 1826, foi o instrumento utilizado pela Inglaterra para usurpar o trono português em 1828. A carta constitucional foi esmagada e com ela a vontade da nação através de uma governação arbitrária³².

Contudo, os vintistas distanciaram-se das decisões populares ao não apelarem à nação para a sua participação na revolução de 1820³³. Assim, a revolução vintista foi fruto do movimento da burguesia mercantil do Porto, segunda geração da burguesia pombalina, que havia sido espoliada pela Inglaterra. Esta burguesia recebeu o apoio do exército, que havia sido vexado pela Inglaterra, sobretudo com o enforcamento de Gomes Freire de Andrade, em 1817³⁴. A constituição de 1822 demorou também bastante tempo a ficar pronta, pois o parlamento perdeu muito tempo em discussões áridas. A não existência de direito de veto real conduziu a um poder opressivo das cortes, onde a maioria liberal se distanciou das preocupações nacionais. Assim, o Estado exprimindo a soberania do povo, quando não controlada, pode ser mais absoluto que o absolutismo monárquico, devido à submissão do indivíduo às maiorias³⁵. O vintismo significou, apesar destes erros, a separação dos poderes, liberdade de imprensa, consolidação de uma parte da dívida pública, estimulou-se a economia³⁶. O liberalismo político anda asso-

notas

³⁰ Idem, pp. 230-231.

³¹ Idem, p. 232. Sobre o conceito de Regeneração ver PROENÇA, Maria Cândida, *A Primeira Regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820-1823)*, Lisboa, Horizonte, 1990.

³² LIBERATO, José, *Ensaio Histórico-Político...*, pp. 251 e 257.

³³ Idem, pp. 236-237.

³⁴ Cfr. SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 3ª edição, Lisboa; Europa-América, 1980, p. 34.

³⁵ LIBERATO, José, *Ensaio Histórico-Político...*, pp. 241-245.

³⁶ Idem, pp. 249 e 256.

ciado ao liberalismo económico, possibilitando o desenvolvimento da economia nacional e o bem estar social do indivíduo em si e da colectividade, fruto do esforço individual orientado para o bem da comunidade.

A nação assim prosperou. Contudo os ministros no fim dos seus ministérios estavam na pobreza³⁷, mostrando que não governavam o país em seu benefício, antes, eram zelosos servidores da nação, que havia transferido poderes para estes mediante um contrato que os obrigava a zelarem pelo bem estar dos cidadãos que os haviam eleito. Caso os políticos faltassem à palavra dada o cidadão fazendo exercício do seu direito poderia tirar-lhes o cargo. Esta necessidade de intervenção do cidadão na política é fruto do ideário liberal para uma promoção da classe média a todos os níveis. O desenvolvimento da mentalidade burguesa é a condição inerente para a construção duma nova sociedade, assente na justiça social e no progresso.

O direito natural despertou o apelo à tradição histórica, pois o país sempre se governou sob vontade da nação - cortes. As cortes liberais não são diferentes das medievais na sua essência e autoridade. As medievais já tinham competências legislativas e assim não eram consultivas como se quis fazer crer. As cortes liberais só são diferentes, por causa dos novos tempos, pela adaptação às características do progresso dos conhecimentos humanos. A representação da nação passou a ser individual e não por ordens sociais³⁸. O liberalismo estabelece o primado do indivíduo.

Porém, a nação mergulhou na miséria com o absolutismo. Os novos ministros aumentaram os seus salários e delapidaram a fazenda pública³⁹. Freire de Carvalho responsabiliza D. João VI pela decadência nacional. O monarca faltou à palavra de dar uma carta constitucional à nação⁴⁰.

notas

³⁷ Idem, p. 226.

³⁸ Idem, pp. 241-242 e 317-318.

³⁹ Idem, pp. 266-267.

⁴⁰ Idem, pp. 285-291.

2.2. b) *A dominação Inglesa em Portugal.*

Portugal honrou sempre com pesadas perdas e humilhações a aliança com a Inglaterra. Esta contudo faltou sempre às obrigações contraídas nos tratados e serviu-se de Portugal para dominar o mundo. Portugal ao entrar ao lado da Inglaterra em guerras, desde a da Sucessão de Espanha até às guerras napoleónicas, nada lucrou. O nosso país se quis manter os seus territórios teve que lutar por eles e o país ficou assolado pelas campanhas, ficando a agricultura, o comércio e a indústria destruídos. Assim, a grandeza da Inglaterra é feita à custa das nações continentais europeias. José Liberato condena o imperialismo da prática mercantilista, no seu caso mais exemplar - a Inglaterra. Esta crítica deve-se ao mercantilismo ser uma teoria dos recursos estáticos, logo oposta ao liberalismo económico e assim contrária ao progresso geral da humanidade⁴¹.

A dominação inglesa em Portugal aparece, ao longo do discurso de José Liberato, de mãos dadas com o absolutismo político - tirania e usurpação - e religioso - clericalismo - como uma das causas da decadência de Portugal. Este sentimento anti-britânico é fruto, sobretudo, da forma hipócrita como a Inglaterra tem desrespeitado os tratados feitos com Portugal. Nomeadamente saqueando aquando do início da aliança no reinado de D. Fernando⁴²; igualmente pilhando o país durante as invasões francesas⁴³. Portugal não vê assim os seus territórios defendidos na sua integridade territorial e independência, antes a Inglaterra se serve deles para aplacar os intuítos imperialistas das outras potências. Assim foi com o Ceilão para os Holandeses, Olivença para os Espanhóis e uma parte das Guianas para os Franceses⁴⁴. A Inglaterra foi ainda mais longe no tratado de 1661, em que o dote de casamento de D. Catarina de Portugal foi Tânger e Bombaim, dando à Inglaterra preciosas áreas de influência⁴⁵. Portugal aprofundava assim o seu caminho de entrega aos interesses imperialistas Ingleses, aumentando o grau da sua decadência.

O Brasil chegou ao seu crescente afastamento de Portugal e independência através da diplomacia inglesa, que cobiçosa em chegar sem

NOTAS

⁴¹ SMITH, Adam, *Riqueza das Nações*, 2ª ed., Lisboa, F.C. Gulbenkian, Vol. I1987, pp. 820-823.

⁴² CARVALHO, cit. 21, pp. 318-319.

⁴³ Idem, p. 331.

⁴⁴ Idem, pp. 89-97.

⁴⁵ Idem, pp. 89-90.

intermediários às proveitosas relações comerciais com o Brasil, através da sua dominação política e militar em Portugal, ingeriu nos assuntos do Estado Português⁴⁶. O Imperialismo inglês utilizando o magnífico porto de Lisboa e o território nacional, para albergarem a sua marinha e o seu exército respectivamente, utiliza Portugal como uma ponte para se lançar na conquista do Continente. Daí, não ter abandonado Portugal quando as invasões francesas já não constituíam perigo, mantendo o país sob um jugo estrangeiro⁴⁷. O impasse em que a corte deixou Portugal levou a que os portugueses recebessem bem as invasões francesas. Napoleão é que não soube aproveitar as circunstâncias favoráveis. O imperador ocupou o país e impôs à população pesados tributos⁴⁸. Desta forma, falhou a alternativa francesa liberal ao jugo inglês. Freire de Carvalho queria reunir os povos da Europa Continental numa luta comum contra a Inglaterra. Este país dominou Portugal, abriu o Brasil e a América Espanhola ao seu domínio económico. A Inglaterra engrandecida pela revolução industrial visou obter novos mercados⁴⁹. Paralelamente à supremacia inglesa a Europa Continental caiu na decadência. Freire de Carvalho procura mobilizar, deste modo, a Europa Continental para uma causa comum⁵⁰.

A Regeneração política de 24 de Agosto de 1820 formou-se no ódio à Inglaterra pela decadência da economia portuguesa paralelamente à dominação britânica. As altas patentes do exército português eram inglesas, Portugal tinha um exército enorme, que não era para servir as necessidades do país, antes tirar braços à sua economia, em especial à agricultura, servindo os interesses expansionistas da Inglaterra⁵¹. A execução de Gomes Freire de Andrade⁵² vexou o exército português, por um seu oficial ter sido enforcado. O direito dos povos a decidirem dos seus destinos, que havia sido usurpado pelos monarcas absolutos, foi assim reconquistado. O *Gabinete Britânico* não descansou enquanto não esmagou as Cortes e a Carta Constitucional de 1826. Utilizou o traidor Duque de Palmela para estas suas pretensões através da Vilafrancada (1823) e da Abrilada (1824). Meteu-se nos negócios de

NOTAS

⁴⁶ Idem, p. 157.

⁴⁷ Idem, Prefácio.

⁴⁸ Idem, pp. 165-169.

⁴⁹ Sobre o domínio inglês em Portugal ver SIDERI, Sandro, *Comércio e Poder*, Lisboa, Cosmos, 1978.

⁵⁰ CARVALHO, cit. 21 pp. III-IV.

⁵¹ Idem, p. 217.

⁵² Idem, pp. 223 - 225.

Portugal para que a regência fosse entregue ao infante D. Miguel, seu lacaio, usurpando assim o trono ao herdeiro legítimo D. Pedro e a soberania à nação. O absolutismo serve à poderosa Albion para ter o povo na ignorância para que não se revolte, antes seja escravo e servil.

Economicamente tudo começou depois da Restauração, em que a dinastia brigantina tirou Portugal do jugo servil a que se encontrava submetido durante a dominação filipina, mas pela sua fraqueza e não ter deixado o povo decidir em cortes pôs através do tratado de 1642 Portugal sob um jugo bem mais atentatório aos seus interesses⁵³. Com Cromwell em 1654 os Ingleses tiraram vantagens em foros próprios para os residentes em Portugal, as manufacturas inglesas pagarem reduzidos direitos aduaneiros, em Portugal ficar dependente dos fretes ingleses. Desprotegidos, a marinha mercante, o comércio e a indústria, entram em decadência. Portugal serviu assim os interesses expansionistas do mercantilismo inglês⁵⁴. Ao honrar a aliança inglesa perante o avizinhar da guerra da Sucessão de Espanha o nosso país veio a substituir a França como fornecedor da Inglaterra em produtos mediterrânicos no final dos anos 80 do séc. XVII, situação que o tratado de Methuen reforçou em 1703⁵⁵. A contrapartida foi a decadência das nossas manufacturas e assim de Portugal, enquanto a Inglaterra conseguia fazer face às suas necessidades da expansão económica. Para mais recebeu ouro do Brasil como pagamento do saldo negativo da nossa balança comercial com este país, amealhando-o assim e utilizando-o nos seus negócios, permitindo-lhe uma multiplicação de *espécies*. Pombal através da instauração de monopólios, especialmente as companhias comerciais, como as duas para o Brasil e a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, atacou os interesses imperialistas Ingleses em Portugal⁵⁶. A recuperação económica realizada por Pombal leva José Liberato a minimizar as atrocidades executadas pela sua política absolutista⁵⁷.

Freire de Carvalho condena, porém estes monopólios por serem contrários às leis do mercado. A liberdade individual significa o benefício da colectividade⁵⁸. O liberalismo opõe-se ao mercantilismo. O Estado não deve desviar a actividade económica da sua direcção natural. O governo deve ter uma política que favorece a livre iniciativa de cada um

notas

⁵³ Idem, p. 82.

⁵⁴ Idem, pp. 84-86.

⁵⁵ Idem, pp. 106-110.

⁵⁶ Idem, p. 122.

⁵⁷ Idem, p. 122.

⁵⁸ SMITH, cit. 41, pp. 753-782.

que se traduzirá no progresso do país e bem estar geral da comunidade.

O poder político deve deixar as decisões nas mãos dos particulares, assegurando apenas a existência das instituições e sua democraticidade. Com as invasões francesas e a transferência da corte para o Brasil o fraco D. João VI entregou Portugal militarmente e politicamente à Inglaterra. A abertura dos portos brasileiros em 1808⁵⁹ e o tratado de comércio de 1810⁶⁰ vieram arruinar o comércio e a indústria portuguesas, bem como a agricultura, que já o havia sido pelas invasões francesas.

NOTAS

⁵⁹ CARVALHO, cit. 21, p. 157.

⁶⁰ Idem, pp. 172-181.



... "DESEJO QUE [...] O MEU CORPO
FIQUE COBERTO COM UMA SIMPLES CAMPA RASA." [...]
"QUERO QUE JUNTO DA MINHA SEPULTURA
SEJA PLANTADA UMA ÁRVORE,
MAS NÃO CYPRESTE,
SENDO POR EXEMPLO
UMA NOGUEIRA." ...

Lisboa, 24 de maio de 1872

In Luz Soriano, Vida do Marquez (...), vol. II, p.476